

FERNANDO GONÇALVES

Mestre em Ciências Criminais pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

MANUEL JOÃO ALVES

Jurista e Técnico Superior da Função Pública

MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE

Docente do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

**LEI E CRIME – O AGENTE INFILTRADO
VERSUS O AGENTE PROVOCADOR
OS PRINCÍPIOS DO PROCESSO PENAL**



ALMEDINA

TÍTULO: LEI E CRIME -● AGENTE INFILTRADO
VERSUS O AGENE PROV●CADOR
OS PRINCÍPIOS DO PROCESSO CIVIL

AUTOR: FERNANDO GONÇALVES
MANUEL JOÃO ALVES
MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE

EDITOR: LIVRARIA ALMEDINA -COIMBRA
www.almedina.net

DISTRIBUIDORES: LIVRARIA ALMEDINA
ARCODE ALMEDINA, 15
TELEF. 239 851900
FAX 239 851901
3004-509 COIMBRA - PORTUGAL

LIVRARIA ALMEDINA - PORTO
RUA DE CEUTA, 79
TELEF. 22 2059773
FAX 22 2039497
4050-191 PORTO -PORTUGAL

EDIÇÕES GLOBO, LDA.
RUA S. FILIPE NERY, 37-A (AO RATO)
TELEF. 21 3857619
FAX 21 3844661
1250-225 LISBOA -PORTUGAL

LIVRARIA ALMEDINA
ATRIUM SALDANHA
LOJA 31
PRAÇA DUQUE DE SALDANHA, 1
TELEF. 21 3712690
atrium@almedina.net

LIVRARIA ALMEDINA
CAMPOS DE GUALTAR
UNIVERSIDADE DO MINHO
4700-320 BRAGA
TELEF. 253678822
braga@almedina.net

EXECUÇÃO GRÁFICA: G.C. - GRÁFICA DE COIMBRA, LDA .
PALHEIRA - ASSAFARGE
3001-453 COIMBRA
Email: producao@graficadecoimbra.pt

JUNHO, 2001

DEPÓSITO LEGAL: 166095/01

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.

ÍNDICE

PARTE I

MODELOS DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

CAPÍTULO I

O Julgamento Popular e a Investigação Criminal

1 – Generalidades e conceito de Processo	11
2 – Conceptualização e a Função do Processo Penal	12
3 – O Processo Penal e a Investigação Criminal	15

CAPITULO II

Investigação Criminal e Investigação Criminológica

1 – Conceptualização	19
2 – Poderão ser consideradas como Ciências Exactas?	20
3 – Diferenciação e Interligação	21
4 – Os fins de Investigação Criminal	24

CAPITULO III

O Modelo Acusatório

1 – Perspectiva Histórica	27
2 – Vantagens do modelo acusatório puro	29
3 – Desvantagens do modelo acusatório puro	30

CAPITULO IV**O Modelo Inquisitório**

1 – Perspectiva Histórica.....	33
2 – A estrutura do modelo inquisitório	34
3 – A metamorfose da benevolência em prepotência e opressão.....	36

CAPITULO V**O Modelo Misto****CAPITULO VI****A Actualidade dos Modelos**

1 – O modelo anglo – saxónico	43
2 – O modelo de Inquirição de Índole Socialista.....	44
3 – O modelo de inspiração Francesa	45
4 – Conclusão.....	47

CAPITULO VII**O modelo Processual Penal Português**

1 – Perspectiva Histórica.....	49
2 – A estrutura actual do Processo Penal	52
3 – Algumas características do modelo acusatório	54

PARTE II**OS PRINCÍPIOS ESTRUTURANTES
DO PROCESSO PENAL PORTUGUÊS****CAPITULO I****O Princípio da Separação de Funções ou do Acusatório**

1 – Conceptualização	63
2 – A Estrutura acusatória como instrumento de controlo e fiscalização.	64

3 – A independência dos Tribunais.....	66
3.1 – A distinção entre independência e autonomia e entre independência e liberdade.....	66
3.2 – Fundamento de independência.....	66
3.3 – Perspectivas do Princípio da Independência dos Tribunais ...	70
4 – A independência dos Juizes	73
4.1 – Considerações genéricas.....	73
4.2 – A obediência à lei como limite da independência dos juizes	76
4.3 – As garantias da independência dos juizes.....	78
4.3.1 – A inamovibilidade	79
4.3.2 – O princípio da irresponsabilidade	80
4.3.3 – A dedicação exclusiva	82
4.3.4 – Conclusão	83
5 – A isenção e Objectividade do Ministério Público	84
5.1 – Considerações Gerais	84
5.2 – A autonomia e o estatuto próprio do Ministério Público	86
5.3 – A função de representação.....	87
5.4 – A titularidade da acção penal.....	88
5.4.1 – A investigação criminal isenta e objectiva como garantia de uma acção penal eficaz	89
5.5 – Conclusão	90

CAPÍTULO II

O Princípio do Contraditório e o Princípio da Investigação

1 – Considerações genéricas	91
2 – O sentido constitucional do contraditório	92
3 – O equilíbrio dos princípios	92
4 – O contraditório no inquérito e na instrução	94
5 – O escopo do princípio do contraditório	98
6 – Os corolários do Princípio do Contraditório	99
6.1 – A imediação	99
6.2 – A oralidade e a publicidade	100
6.3 – A fundamentação	101

CAPÍTULO III

O Princípio da Igualdade de Armas

1 – Análise Histórica	103
2 – Fundamento Constitucional	104

3 – O processo penal português não é um processo de partes puro	106
4 – A posição processual do Ministério Público e do Defensor	107
4.1 – As investigações privadas da defesa	108
5 – A complementaridade das funções de acusação e de defesa	113
6 – Igualdade instrumental e não matemática	114
7 – A igualdade de armas nas fases do inquérito e da instrução	116
8 – A igualdade de armas na doutrina dos países membros do Conselho de Europa	117

CAPÍTULO IV

O Princípio da Presunção de Inocência

1 – Génese	119
2 – O sentido normativo constitucional	120
3 – A inadmissibilidade da presunção de culpa	122
4 – A proibição da inversão do ónus da prova	125
5 – O arguido não é um meio de prova	126
6 – A presunção de inocência como regra política	127
7 – O princípio da celeridade processual	129
8 – A presunção de inocência não é uma presunção técnico – jurídica: art.º 349.º C. Civil	130
9 – O princípio in dubio pro reo	132

CAPÍTULO V

O Princípio Democrático

1 – O princípio democrático como um princípio processual penal	135
2 – O princípio democrático como princípio de liberdade e de dignidade da pessoa humana	136
3 – A inadmissibilidade de provas contrárias à lei	138
4 – A actuação dos Órgãos de Polícia Criminal face ao princípio democrático	140

CAPÍTULO VI

O Princípio da Lealdade

1 – O princípio da lealdade como princípio estruturante do processo penal	143
---	-----

2 – Os métodos proibidos de prova	144
3 – A administração da justiça e o princípio da lealdade	146
4 – O arguido como sujeito e não como objecto	147
5 – O aparecimento de novos meios técnicos e científicos	149
6 – Âmbito desejável do princípio da lealdade	150

CAPÍTULO VII

Os princípios da Legalidade, do Consenso e da Oportunidade

1 – Considerações genéricas	151
2 – O princípio da legalidade	153
2.1 – Conceptualização	153
2.2 – O princípio da legalidade como fundamento do Estado de Direito	155
2.3 – Controlo e fiscalização do exercício da acção penal	156
3 – O princípio da oportunidade e do consenso	158
3.1 – Considerações gerais	159
3.2 – O consenso no processo penal português	159
3.3 – Exemplos do modelo de conflito	161
3.4 – Manifestações do modelo do consenso	162
4 – O princípio da oportunidade	164
4.1 – A alternativa à legalidade	164
4.2 – O sentido do princípio da oportunidade	165
4.3 – As manifestações do princípio da oportunidade no nosso CPP	170
4.3.1 – A suspensão provisória do processo (art.º 281.º do CPP)	170
4.3.2 – O arquivamento do inquérito em caso de dispensa ou isenção de pena (art.º 280.º do CPP)	172
4.3.3 – O processo sumaríssimo (artigos 392.º e ss. Do CPP)	173
4.3.4 – A fixação da competência pelo método da determi- nação concreta de pena (art.º 16.º n.º 3 do CPP).....	174

CAPÍTULO VIII

O Princípio da Oficialidade

1 – Conceptualização e evolução histórica	177
2 – Fundamento do princípio da oficialidade	179
3 – O princípio da oficialidade do nosso CPP	180
4 – As limitações ao princípio da oficialidade	182
5 – Conclusão	183

CAPÍTULO IX**O Princípio da Jurisdição do Juiz Natural**

1 – O princípio da jurisdição ou da garantia judiciária.....	185
2 – O juiz natural ou legal	190

CAPÍTULO X**O Princípio da Liberdade**

1 – Considerações genéricas	195
2 – Manifestações do princípio da liberdade no código de processo penal	200

PARTE III**DOS MEIOS DE OBTENÇÃO DE PROVA****CAPÍTULO I****Dos meios de obtenção de prova tradicionais****SECÇÃO I****Questões Gerais****SECÇÃO II****Dos Exames**

1 – Considerações genéricas e conceito	215
2 – Sujeição a exame	216
3 – Formalidades dos exames	216
4 – Injunções oponíveis a pessoa encontrada no local do exame	216
5 – Exame ao local do crime quando ocorre a audiência de discussão e julgamento	217

SECÇÃO III

Das Revistas e Das Buscas

1 – Das revistas e conceito	219
1.1 – Tipos de revista	219
1.2 – Regime jurídico	219
1.3 – As revistas e perícias efectuadas no âmbito da Lei do Combate à Droga	224
2 – Das buscas não domiciliárias	225
3 – Das buscas domiciliárias	225
3.1 – Buscas em escritório de advogado, em consultório médico e em estabelecimento de saúde	233

SECÇÃO IV

Das Apreensões

1 – Das apreensões em geral	235
2 – Apreensão da correspondência	236
3 – Apreensão em escritório de advogado ou em consultório médico..	237
4 – Apreensão em estabelecimento bancário	238
5 – Apreensão de documentos ou objectos em poder de pessoas sujeitas a segredo profissional	238
6 – Apreensão de coisas perecíveis ou perigosas	240
7 – Junção aos autos de cópias e certidões dos documentos apreendidos	240
8 – Aposição e levantamento de selos	241
9 – Restituição dos objectos apreendidos	241

SECÇÃO V

Escutas Telefónicas – Sua admissibilidade

1 – Formalidades das intercepções e gravações	248
2 – Nulidade	249
3 – Extensão	251

CAPÍTULO II**O AGENTE PROVOCADOR, O AGENTE INFILTRADO
E O AGENTE ENCOBERTO****SECÇÃO I****O Agente Provocador**

1 – Introdução	253
2 – O agente provocador e a ordem jurídica portuguesa	254
2.1 – Considerações gerais	254
2.2 – Conceito de agente provocador	254
2.3 – Inadmissibilidade do agente provocador	257
2.3.1 – A violação do princípio democrático	257
2.3.2 – A violação do princípio da lealdade	258
2.4 – O agente provocador: a questão penal	259
2.5 – O agente provocador: o regime das provas assim obtidas	261

SECÇÃO II**O Agente Infiltrado e a Ordem Jurídica Portuguesa**

1 – Considerações gerais	263
2 – Conceito de agente infiltrado	264
3 – O agente infiltrado: sua admissibilidade legal	267
3.1 – O artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 15/93	269
3.1.1 – Regime jurídico	269
3.1.2 – Pressupostos	271
3.1.3 – Protecção legal do funcionário de investigação criminal e do terceiro infiltrados	274
3.1.4 – A previsão da norma constante do n.º 1 do art.º 59.º não inclui os funcionários de investigação criminal da PSP e da GNR	275
4 – Diplomas legais: Decreto-Lei n.º 15/93, Lei n.º 21/2000, Lei n.º 36/94 e Decreto-Lei n.º 81/95	277
4.1 – Decreto-Lei n.º 15/93 de 22 de Janeiro	278
4.2 – Lei n.º 21/2000 de 10 de Agosto	283
4.3 – Lei n.º 36/94 de 29 de Setembro	290
4.4 – Decreto – Lei n.º 81/95 de 22 de Abril	298

SECÇÃO III

O Agente Encoberto

1 - Conceito	303
2 - Licitude da actuação do agente encoberto e das provas obtidas...	304
Bibliografia	305
Índice	315